

Decreta:
Artigo 1º - Fica criada a Faculdade de Tecnologia de Garça, no Município de Garça, como Unidade de Ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS.
Artigo 2º - Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica acrescentado ao artigo 2º do Regimento do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS, aprovado pelo Decreto nº 17.027, de 19 de maio de 1981, com alterações posteriores, o inciso XV, com a seguinte redação: “XV - Faculdade de Tecnologia de Garça.”.
Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Bandeirantes, 7 de janeiro de 2004
GERALDO ALCKMIN
João Carlos de Souza Meirelles
Secretário da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo
Arnaldo Madeira
Secretário-Chefe da Casa Civil
Publicado na Casa Civil, aos 7 de janeiro de 2004.

DECRETO Nº 48.434, DE 7 DE JANEIRO DE 2004

Cria a Faculdade de Tecnologia de Mococa, como Unidade de Ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS e dá providências correlatas

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a aprovação pelo Conselho Deliberativo do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS, em sessão de 22 de maio de 2003, e pela Reitoria da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, mediante o Despacho nº 1.270/03-RUNESP, “ad referendum” do Conselho Universitário,
Decreta:
Artigo 1º - Fica criada a Faculdade de Tecnologia de Mococa, no Município de Mococa, como Unidade de Ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS.
Artigo 2º - Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica acrescentado ao artigo 2º do Regimento do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS, aprovado pelo Decreto nº 17.027, de 19 de maio de 1981, com alterações posteriores, o inciso XVI, com a seguinte redação: “XVI - Faculdade de Tecnologia de Mococa.”.
Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Bandeirantes, 7 de janeiro de 2004
GERALDO ALCKMIN
João Carlos de Souza Meirelles
Secretário da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo
Arnaldo Madeira
Secretário-Chefe da Casa Civil
Publicado na Casa Civil, aos 7 de janeiro de 2004.

DECRETO Nº 48.435, DE 7 DE JANEIRO DE 2004

Cria a Faculdade de Tecnologia de São José do Rio Preto, como Unidade de Ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS e dá providências correlatas

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a aprovação pelo Conselho Deliberativo do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS, em sessão de 22 de maio de 2003, e pela Reitoria da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, mediante o Despacho nº 1.268/03-RUNESP, “ad referendum” do Conselho Universitário,
Decreta:
Artigo 1º - Fica criada a Faculdade de Tecnologia de São José do Rio Preto, no Município de São José do Rio Preto, como Unidade de Ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS.
Artigo 2º - Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica acrescentado ao artigo 2º do Regimento do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS, aprovado pelo Decreto nº 17.027, de 19 de maio de 1981, com alterações posteriores, o inciso XVII, com a seguinte redação: “XVII- Faculdade de Tecnologia de São José do Rio Preto.”.
Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Bandeirantes, 7 de janeiro de 2004
GERALDO ALCKMIN
João Carlos de Souza Meirelles
Secretário da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo
Arnaldo Madeira
Secretário-Chefe da Casa Civil
Publicado na Casa Civil, aos 7 de janeiro de 2004.

DECRETO Nº 48.436, DE 7 DE JANEIRO DE 2004

Declara de utilidade pública a entidade que específica

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação do Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania,
Decreta:
Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO BEREANA, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 62.615.810/0001-00, com sede na Capital.
Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Bandeirantes, 7 de janeiro de 2004
GERALDO ALCKMIN

Alexandre de Moraes
Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania
Arnaldo Madeira
Secretário-Chefe da Casa Civil
Publicado na Casa Civil, aos 7 de janeiro de 2004.

DECRETO Nº 48.437, DE 7 DE JANEIRO DE 2004

Declara de utilidade pública a entidade que específica

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação do Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania,
Decreta:
Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO DE APOIO À FACULDADE DE EDUCAÇÃO-FAFE, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 02.123.553/0001-67, com sede na Capital.
Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Bandeirantes, 7 de janeiro de 2004
GERALDO ALCKMIN
Alexandre de Moraes
Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania
Arnaldo Madeira
Secretário-Chefe da Casa Civil
Publicado na Casa Civil, aos 7 de janeiro de 2004.

DECRETO Nº 48.438, DE 7 DE JANEIRO DE 2004

Declara de utilidade pública a entidade que específica

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação do Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania,
Decreta:
Artigo 1º - Fica declarado de utilidade pública o CENTRO DE PROMOÇÃO SOCIAL “CARMEM MENDES CONCEIÇÃO”, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 52.636.891/0001-70, com sede na Capital.
Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio dos Bandeirantes, 7 de janeiro de 2004
GERALDO ALCKMIN
Alexandre de Moraes
Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania
Arnaldo Madeira
Secretário-Chefe da Casa Civil
Publicado na Casa Civil, aos 7 de janeiro de 2004.

DECRETO Nº 48.439, DE 7 DE JANEIRO DE 2004

Regulamenta a Lei nº 10.774, de 1º de março de 2001, que dispõe sobre aplicação de multas por danos causados a bens tombados ou protegidos pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT, e dá providências correlatas

GERALDO ALCKMIN, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 9º da Lei estadual nº 10.774, de 1º de março de 2001,
Decreta:
Artigo 1º - Os bens tombados ou protegidos pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT não poderão ser objeto de quaisquer intervenções ou remoções sem a prévia autorização desse órgão.
Parágrafo único - Consideram-se intervenções especialmente as ações de destruição, demolição, mutilação, alteração, abandono, reparação ou restauração dos bens, bem como a execução de obras irregulares.
Artigo 2º - O interessado em efetuar intervenção ou remoção nos bens de que trata o artigo 1º deverá apresentar requerimento dirigido ao Presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT, instruído na forma prevista em deliberação expedida pelo órgão para esse fim.
Artigo 3º - O Presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT, após a autuação e instrução com elementos técnicos que se fizerem necessários, submeterá o pedido ao Conselho Deliberativo.
Artigo 4º - O Conselho Deliberativo decidirá, motivadamente, e, em caso de deferimento do pedido, estabelecerá as condições e os limites à intervenção ou remoção.
Artigo 5º - O interessado será intimado da decisão, por carta, entregue no endereço indicado no requerimento.
Artigo 6º - Da decisão caberá recurso ao Secretário da Cultura, na forma do disposto na Lei nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998.
Artigo 7º - Incumbe ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT delimitar áreas urbanas particularmente significativas para a preservação da memória e da paisagem das cidades, mediante deliberação, da qual será dada ciência aos interessados por meio de publicação no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único - As restrições quanto à instalação de anúncios externos sob qualquer forma de intervenção comunicativa visual, bem como painéis, luminosos, suportes e assemelhados, que possam comprometer ou prejudicar a qualidade ambiental dos edifícios, espaços e logradouros, serão estabelecidas por ocasião da delimitação referida no “caput” deste artigo.
Artigo 8º - O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT determinará a imediata remoção de qualquer objeto, móvel ou imóvel, cuja

instalação ou localização, ainda que de caráter provisório, venha a prejudicar a visibilidade ou a qualidade ambiental de um bem tombado, mediante intimação do responsável, atribuindo-lhe prazo para tanto.

Parágrafo único - Para os fins do disposto no caput deste artigo, poderá o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT estabelecer disciplina especial para o tráfego, estacionamento ou atracação de quaisquer veículos ou embarcações em áreas tombadas ou envoltórias.

Artigo 9º - Pelo descumprimento das normas deste decreto e sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis e do que dispuser a legislação federal, ficará o infrator sujeito a multa pecuniária, de natureza administrativa, a ser recolhida ao Fundo Especial de Despesa da Secretaria de Estado da Cultura.

Parágrafo único - São solidariamente responsáveis, no que couber, no caso de obra irregular em bem tombado ou protegido, ou na ausência das providências indispensáveis de proteção e preservação:

- o proprietário e o possuidor do bem a qual-quer título;
- o responsável técnico pela obra ou intervenção;
- o empreiteiro da obra.

Artigo 10 - Na imposição da multa, serão consideradas a natureza da infração cometida e a relevância do bem cultural agredido, sendo classifica-das como:

- leves: as infrações que importem em intervenções removíveis sem a necessidade de restauro;
- médias: as infrações que importem intervenção reversível mediante restauro, sem desfiguração definitiva;
- graves: as ações que importam em irreversível desfiguração ou destruição.

Artigo 11 - As multas de que trata o presente decreto serão aplicadas pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT, por meio de seu Conselho Deliberativo, observados os seguintes valores:

- 50 (cinquenta) a 250 (duzentas e cinquenta) UFESPs para as infrações consideradas leves;
 - 500 (quinhentas) a 5.000 (cinco mil) UFESPs para as infrações consideradas médias;
 - 6.000 (seis mil) a 30.000 (trinta mil) UFESPs para as infrações consideradas graves.
- § 1º - Na quantificação do valor da multa serão considerados a relevância do bem, a extensão da agressão e os efeitos com relação ao uso social, simbólico, cultural ou científico, apreciando-se, conforme o caso, as circunstâncias relativas:

- à identificação do bem imóvel agredido: o bem propriamente dito ou sua área envoltória;
- à identificação do bem móvel agredido: coleção ou bem singular, unidade de coleção ou pertença do bem tombado;
- à situação jurídica do bem agredido: tombado, em processo de tombamento, listado, ou protegido diversamente;
- ao estado de conservação, por ocasião das medidas de proteção: bom, regular ou precário;
- à atuação do infrator: omissiva ou comissiva, dolosa ou culposa, sistemática ou ocasional, em concurso de pessoas ou individual;
- ao propósito de remoção do bem: definitiva ou provisória.

§ 2º - Os valores das multas previstas neste artigo serão renováveis mensalmente até a efetiva recuperação dos bens protegidos.

§ 3º - A infração ao disposto no artigo 7º deste decreto será classificada como leve para o fim do artigo 10 e implicará em multa pecuniária, renovável mensalmente até a remoção do elemento de interferência.

§ 4º - A infração ao disposto no artigo 8º deste decreto implicará em multa diária não inferior a 250 (duzentas e cinquenta) UFESPs, até a efetiva remoção do objeto de localização irregular.

Artigo 12 - Qualquer pessoa que tiver conhecimento de infração prevista na Lei nº 10.774, de 1º de março de 2001, e neste decreto poderá denunciá-la ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT.

Artigo 13 - A denúncia conterá a identificação do seu autor, devendo indicar o fato e suas circunstâncias e, se possível, seus responsáveis ou beneficiários.

Parágrafo único - Quando a denúncia for apresentada verbalmente, a autoridade lavrará termo, assinado pelo denunciante.

Artigo 14 - Na apuração das infrações, lavratura do auto de infração e imposição de multas observar-se-á o disposto na Lei nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998.

Artigo 15 - Da decisão do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - CONDEPHAAT que impuser multa caberá recurso ao Secretário da Cultura, no prazo de quinze dias contados da notificação do infrator e, se for o caso, do responsável solidário, observadas as disposições da Lei nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998.

Artigo 16 - Os anúncios e similares já instalados na data da vigência deste decreto poderão manter-se enquanto perdurem as respectivas autorizações legais.

Artigo 17 - O Secretário da Cultura expedirá normas complementares ao presente decreto.

Artigo 18 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 7 de janeiro de 2004
GERALDO ALCKMIN
Cláudia Maria Costin
Secretária da Cultura
Arnaldo Madeira
Secretário-Chefe da Casa Civil
Publicado na Casa Civil, aos 7 de janeiro de 2004.

ATOS DO GOVERNADOR

DESPACHO DO GOVERNADOR, DE 31-12-2003

Nos processos ST-35-02 c/aps. CGA-59-97, vols. I e II + ST-9-90.995-17-02-DER + DER-99-003/QSA/DA-97-ST, vols. I, II e IV, sobre sindicância: “À vista dos elementos de instrução constantes do processo, destacando-se as manifestações obtidas no âmbito do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, do pronunciamento da Comissão Processante Especial, da representação do Secretário dos Transportes e do parecer 1025-2003, da AJG, com o adendo da chefia do órgão, determino o arquivamento dos autos da presente sindicância averiguatória, diante da inexistência de responsabilidade funcional a ser apurada em relação à execução do contrato 9.716-0-96-DER.

CASA CIVIL

Secretário:
ARNALDO MADEIRA
Av. Morumbi, 4.500 - CEP 05698-900 - Tel. 3745-3344

GABINETE DO SECRETÁRIO

COMISSÃO JULGADORA DE LICITAÇÃO E DE REGISTRO CADASTRAL Comunicado

Comunicamos as empresas abaixo identifica-das, que encontram-se à sua disposição os enve-lopes 2-2003 - “Habilitação”, fechados e indevas-sados, referentes ao Pregão CC-25-2003, Pregão CC-26-2003, Pregão CC-27-2003, Pregão CC-28-2003, Pregão CC-29-2003 e Pregão CC-30-2003. Pregão CC-25-2003 - TFA Papelaria Ltda. Pregão CC-25-2003 - Brasil Supri Comercial Ltda. Pregão CC-25-2003 - Starpac Comercial Ltda. Pregão CC-25-2003 - CIL Comércio de Informática Ltda. Pregão CC-25-2003 - BKS Center Brás Ltda. Pregão CC-26-2003 - Transportes Ranéa Ltda. Pregão CC-26-2003 - Jumbo Turismo Ltda. Pregão CC-27-2003 - Papa Lix Plásticos Descartáveis Ltda. Pregão CC-27-2003 - Plati Comércio de Produtos de Limpeza Ltda-E.P.P.

Pregão CC-27-2003 - SS - Silveira & Silveira Comercial Ltda. Pregão CC-27-2003 - Ideal Sistemas de Higiene Ltda. Pregão CC-28-2003 - CIL-Comércio de Informática Ltda. Pregão CC-28-2003 - Max Paper Comercial e Distribuidora Ltda.

Pregão CC-28-2003 - Officenet do Brasil S/A. Pregão CC-28-2003 - BKS Center Brás Ltda. Pregão CC-29-2003 - Tecnoset Informática Produtos e Servi-ços Ltda.

Pregão CC-29-2003 - CIL Comércio de Informática Ltda. Pregão CC-29-2003 - Internet Informática Ltda. Pregão CC-29-2003 - P.B. de Vasconcelos Filho Pregão CC-30-2003 - Climacamp Engenharia e Serviços Ltda. Pregão CC-30-2003 - SGE - Serviços Gerais de Engenharia Ltda.

Pregão CC-30-2003 - Hidelma Hidráulica, Elétrica e Manutenção Ltda.

Pregão CC-30-2003 - Construclima Engenharia e Instalações Ltda.

Pregão CC-30-2003 - AIR SEL - Ar Condicionado Ltda. Pregão CC-30-2003 - Refrigeração Paulista - Ar Condicionado e Ventilação Ltda.

Pregão CC-30-2003 - Recoz Serviço e Comércio de Refrigeração e Equipamentos de Cozinha Ltda.

Os envelopes das empresas deverão ser reti-rados na Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo, à Avenida Morumbi, 4.500, Comissão Jul-gadora de Licitação e de Registro Cadastral, sala 115 - 1º andar, das 10:00 às 17:00 horas.

Os envelopes não retirados no prazo de 7 dias úteis a contar da data desta publicação, serão inutilizados.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Extratos de Termos de Contrato

Processo: GG-1368-2003 - Contrato: 9-2003 - Parecer Jurídico: CJ/Casa Civil 317-2003 - Contra-tante: Casa Civil - Contratada: Companhia de Pro-cessamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp - Objeto: Prestação de serviços informáti-ca abrangendo os serviços de consultoria, desen-volvimento e manutenção de sistemas, processa-mento de dados, tratamento de informações e outros serviços compatíveis com a sua finalidade - Vigência: O prazo de vigência do presente contra-to será de 24 meses, à partir de 1º-1-2004 - Valor total: R\$ 20.402.677,42 - Valor p/exercício: R\$ 10.201.338,72 p/ o exercício de 2004; R\$ 10.201.338,72 p/ o exercício de 2005 - Classifica-ção de recursos: 339039-11 - Assinatura: Em 30-12-2003 - Modalidade de licitação: Dispensa.

Processo: GG-1369 - Contrato: 10-2003 - Pare-cer Jurídico: CJ/Casa Civil 320-2003 - Contratante: Casa Civil - Contratada: Companhia de Processa-mento de Dados do Estado de São Paulo - Pro-desp - Objeto: Prestação de serviços informática abrangendo os serviços de consultoria, desenvol-vimento e manutenção de sistemas, processa-mento de dados, tratamento de informações e outros serviços compatíveis com a sua finalidade - Vigência: O prazo de vigência do presente contra-to será de 24 meses, à partir de 1º-1-2004 - Valor total: R\$ 105.501.100,08 - Valor p/ exercício: R\$ 52.750.550,04 p/ o exercício de 2004; R\$ 52.750.550,04 p/ o exercício de 2005 - Classifica-ção de recursos: 339039-11 - Assinatura: Em 30-12-2003 - Modalidade de licitação: Dispensa.

Processo: GG-1370-2003 - Contrato: 11-2003 - Parecer Jurídico: CJ/Casa Civil 316-2003 - Contra-tante: Casa Civil - Contratada: Companhia de Pro-